

I. Objetivo

1. Esta Política de Rateio e Divisão de Ordens (“Política de Rateio”) tem como objetivo estabelecer os critérios adotados pela Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (“Banrisul Corretora” ou “Gestor de Recursos”), enquanto gestora de recursos de fundos de investimento e carteiras administradas, sob a administração fiduciária do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul” ou “Administrador Fiduciário”), no rateio e divisão das ordens, de modo que a alocação seja realizada de forma justa e em consonância com os regulamentos e contratos de cada uma das carteiras sob a gestão de recursos.

2. Para fins dessa Política, entende-se como ordem, o ato mediante o qual o Gestor de Recursos determina a um Intermediário Financeiro que compre ou venda ativos financeiros, em nome dos fundos de investimento e carteiras administradas sob gestão de recursos, nas condições que especificar nos mercados de renda variável e de renda fixa.

3. Este documento está em consonância com as Instruções CVM nº 555 e nº 558, de 17/12/2014 e 26/03/2015, respectivamente, e alterações posteriores, e com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento.

II. Dos Critérios de Execução

4. Como regra, o Gestor de Recursos não pratica o agrupamento de ordens de compra e venda dos ativos financeiros das carteiras, quando da execução das mesmas nos mercados de renda fixa e de renda variável. As decisões têm como pressuposto, relatório de recomendação da Gerência de Gestão com as condições das operações analisadas em reuniões regulares do Comitê de Investimentos e deliberadas pela Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros, a quem cabe a decisão final e exclusiva sobre os investimentos. Desta forma, nas operações nos mercados de renda variável e de renda fixa, o comitente (fundo de investimento ou carteira administrada) é identificado, quando da transmissão da ordem de compra e venda ao intermediário financeiro.

5. Nas operações envolvendo ofertas públicas iniciais (IPOs) no mercado de ações e ofertas de renda fixa distribuídos por meio de processo de *bookbuilding*, a Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros também identifica, previamente, as ordens das carteiras e os valores para participar da emissão primária. No caso de a ordem ser parcialmente atendida, a Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros faz uma redistribuição das ordens, proporcional a ordem original, de forma a atender as carteiras habilitadas previamente.

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Data da Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial (x) uso interno () pública	26/7/2017	26/7/2019 ou antes, se necessário	Comitê de Investimentos e Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros	Página 1 de 3

6. Nos eventuais casos em que ocorram os agrupamentos de ordens de compra e venda de ativos financeiros, o Gestor de Recursos deve observar, cumulativamente, os procedimentos mínimos a seguir como prática de alocação justa no rateio das ordens:

- a) Agrupar as ordens de compra e venda de ativos financeiros somente de carteiras administradas que possuam estratégias, políticas de investimento e gestão de risco compatíveis;
- b) A Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros rateia a ordem de compra e venda proporcionalmente entre as carteiras, de acordo com o patrimônio líquido de cada uma delas;
- c) Caso a ordem de compra e venda seja parcialmente executada, a Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros realiza novo rateio, também proporcional, entre as carteiras, de acordo com o patrimônio líquido de cada uma das carteiras administradas. Se as alocações objeto do novo rateio resultarem em posição insignificante para as carteiras, a Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros pode propor uma nova divisão da ordem que, neste caso, deve tramitar pelo Comitê de Investimentos.

7. Nas aquisições de títulos públicos no mercado primário, nos casos em que a aquisição se destina a mais de um fundo de investimento e, havendo corte nas propostas vencedoras, o rateio ocorre de forma proporcional, de acordo com os totais avaliados pelo Comitê de Investimentos e deliberados pela Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros do Gestor de Recursos, sendo registrados, legitimados e distribuídos no Sistema de Gestão dos Fundos de Investimento pela Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros, imediatamente, após a comunicação do resultado por parte do Banco Central do Brasil.

8. Eventuais casos não tratados nesta Política serão tratados pelo Gestor de Recursos, extraordinária e obrigatoriamente, por meio de avaliação do Comitê de Investimentos e deliberação da Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros do Gestor de Recursos, no dia da execução da ordem de compra ou venda de ativos financeiros, com a indicação do rateio e da divisão a ser aplicada na operação específica, observando critérios equitativos.

9. Nos casos em que ocorrerem o rateio entre as carteiras dos fundos de investimento das compras e vendas realizadas, os processos serão formalizados por meio de atas do Comitê de Investimentos, com registro de deliberação da Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros do Gestor de Recursos, sendo passíveis de verificação, observado o disposto nesta Política de Rateio.

10. Os processos descritos nesta Política são passíveis de verificação pela Controladoria do Administrador Fiduciário, que conta com Agentes

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Data da Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial (x) uso interno () pública	26/7/2017	26/7/2019 ou antes, se necessário	Comitê de Investimentos e Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros	Página 2 de 3

de Controles Internos nas unidades de negócios para atuar na implementação das ações necessárias à melhoria dos controles internos. Eventuais inconformidades são reportadas pela Controladoria ao Comitê de Recursos de Terceiros Nível I e ao diretor responsável pelo cumprimento de regras, políticas procedimentos e controles internos do Gestor de Recursos.

11. O Gestor de Recursos deve dar ciência desta Política ao Administrador Fiduciário, bem como sobre qualquer modificação da mesma.

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Data da Revisão	Aprovação	Página
1ª	() confidencial (x) uso interno () pública	26/7/2017	26/7/2019 ou antes, se necessário	Comitê de Investimentos e Diretoria de Gestão de Recursos de Terceiros	Página 3 de 3